



ENTREVISTA COM SEVERINA GARCIA ARAUJO¹ – PROFESSORA E MILITANTE DA QUESTÃO AGRÁRIA NO SERVIÇO SOCIAL

*Interview with Severina Garcia Araujo – professor and militant
for the agrarian issue in Social Work*

Maristela Dal Moro²

1. Fale um pouco sobre sua experiência profissional e militante junto aos movimentos e organizações do campo e o que a levou a estudar a questão agrária no Brasil?

Minha experiência profissional, de certa forma, se confunde com a militância no âmbito dos movimentos sociais rurais, numa trajetória

¹ Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1977), mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992) e doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2001). Pós-Doutorado pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (2010). Atualmente, é professora aposentada e colaboradora na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social, atuando, principalmente, nos seguintes temas: assentamentos rurais, políticas públicas, questão agrária, serviço social e reforma agrária. Atuou, nos anos 70 e 80, como Assistente Social no Serviço de Assistência Rural (SAR), órgão da Igreja Católica de Natal. Sua militância deu-se junto aos movimentos e organizações dos trabalhadores do campo e, posteriormente, participou ativamente da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), contribuindo significativamente para o fortalecimento do debate acerca da questão agrária no Serviço Social. É participante ativa do GTP da ABEPSS: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social.

² Doutora em Serviço Social pela UFRJ, professora adjunta da ESS/UFRJ. Coordenadora Geral do Curso de Serviço Social para Assentados da Reforma Agrária da ESS/UFRJ. Membro da Coordenação do GTP da ABEPSS: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social. E-mail: <dalmororj@uol.com.br>.

ria compreendida entre a segunda metade dos anos 1970 e 1987, no Serviço de Assistência Rural (SAR), órgão da Igreja Católica de Natal, voltado para um trabalho social em comunidades rurais. Minha inserção se dá numa equipe técnica, interdisciplinar de assessoria e apoio aos trabalhadores e trabalhadoras rurais em processo de resistência à grilagem de suas terras (posseiros), e de luta por direitos, entre os quais o direito a terra, condições de trabalho e aos mais elementares direitos sociais básicos, historicamente negados. No auge do processo de modernização da agricultura, conduzida pelos governos militares, aprofunda-se o processo de exploração/expropriação do campesinato no país e, em especial, no Nordeste. O crescente empobrecimento dos pequenos produtores, posseiros, arrendatários, parceiros, entre outras categorias, ganha visibilidade, assim como o processo de proletarização e de migrações dessas categorias de trabalhadores. Esse processo se fez acompanhar da violência dos grandes proprietários e de grupos econômicos, incluindo empresários do grande capital urbano que, atraídos pelas políticas estatais de crédito fácil e barato, subsídios e incentivos fiscais propiciados pelo Estado ditatorial, apropriam-se de grandes extensões de terra, agravando a concentração fundiária e a violência no campo. Portanto, foi o contato e envolvimento com essa realidade que instigou a escolha da questão agrária como campo de estudo, quando, a partir de 1985, tornei-me professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, espaço propiciado, especialmente, por ocasião do Mestrado e do Doutorado.

2. O que você vem estudando e pesquisando ultimamente?

A abrangência da questão agrária em nosso país e de sua não resolução constitui um fértil campo de pesquisa. A questão social aqui se manifesta de forma singular e multifacetada. A experiência docente, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), ofereceu-me a oportunidade de estudar/refletir, a partir da experiência anterior, vivenciada com os camponeses nas suas lutas diversas. Por ocasião do mestrado e doutorado, realizados na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, respectivamente, os estudos/pesquisas foram conduzidos no âmbito do processo de luta pela terra e de organização dos trabalhadores do campo, a partir de experiências que redundaram na conquista jurídica da terra e

na construção de assentamentos. Uma inquietação que esteve sempre presente nessa minha trajetória acadêmica e militante eram as determinações que constituem as classes trabalhadoras do campo no Brasil. Nesse sentido, faltava entrar no “universo do trabalho” assalariado, particularmente no âmbito da agroindústria da cana-de-açúcar. Esse setor ocupa, atualmente, o terceiro lugar entre os diversos ramos produtivos no país, rivalizando apenas com a soja e o milho, propiciado pelo relançamento do agronegócio no país, como parte da política macroeconômica do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e estratégia seguida pelo Presidente Lula. O complexo agroindustrial canavieiro constitui, historicamente, um dos grandes empregadores de mão-de-obra assalariada, por outro lado, as relações e condições de trabalho do trabalhador canavieiro e dos operários da unidade fabril têm se caracterizado por uma extrema exploração, em muitos casos, identificadas na categoria de trabalho degradante. Beneficiário histórico das políticas protecionistas do Estado, a agroindústria canavieira expandiu-se e se modernizou a partir das décadas de 1970-1980, favorecida pelo processo de modernização conservadora da agricultura, subsidiado pelo Estado ditatorial. Os anos 1980 foram marcados pela pujança do setor, que, se beneficiando de um grande número de trabalhadores assalariados (muitos recém expropriados da terra), sob desmedida exploração e condições degradantes de trabalho nos canaviais e nas unidades fabris, logo veio à tona; assim como a emergência e expansão das mobilizações e greves, sob a direção e orientação do movimento sindical, a partir do estado de Pernambuco, e, em seguida, se estendendo aos estados de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. (Naquele momento, ainda como integrantes da equipe de assessores do SAR, participamos das mobilizações para os dissídios coletivos dos canavieiros em colaboração ao movimento sindical). Nos anos 1990, entretanto, aquele dinamismo foi interrompido ante a instabilidade econômica internacional; o recuo dos investimentos públicos; a crise fiscal e a mudança de paradigma da política econômica atrelada ao Consenso de Washington, entre outros determinantes. O processo de reestruturação produtiva, centrada em inovações tecnológicas e na diversificação de produtos e empresas, sob a liderança de grandes

grupos empresariais, uma estratégia de sobrevivência do setor para a superação da crise da década de 1990, promove um imenso desemprego no setor. A partir de 2002/2003, ocorre uma nova expansão, contando com a retomada de investimentos federais. O enxugamento do complexo agroindustrial canavieiro e a atração propiciada pela política oficial de incentivo aos biocombustíveis atraíram tanto grupos e/ou empresas de outras regiões do país quanto transnacionais. No Rio Grande do Norte, chamou a atenção a venda da usina Estivas, a mais importante do ramo no estado, para a transnacional francesa, Louis Dreyfus Commodities Bioenergia, dona de usinas de cana-de-açúcar e da cultura da soja no Centro-Sul do Brasil. Esse grupo vem se expandindo em outras regiões do país, incluindo estados do Nordeste nos últimos anos, conforme revelou minha recente pesquisa. Esse novo cenário propiciou a opção para estudar/pesquisar as relações e condições de trabalho dos assalariados, tendo como unidade territorial a Usina Estivas sob o domínio da transnacional francesa. Opção viabilizada no Pós-doutorado, realizado em 2009/2010, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sob orientação da Professora Doutora Marilda Villela Iamamoto, que também vem empreendendo uma ampla pesquisa nesse campo.

3. Quais os principais desafios que o Brasil enfrenta hoje no que se refere à questão agrária. Você considera que a reforma agrária é viável e possível nesses tempos de fortalecimento do agronegócio?

Essa é uma questão ampla e complexa. Alguns estudiosos, governantes e seus intelectuais orgânicos, entre outros, entendem não existir mais questão agrária, porque a agricultura se modernizou e transformou o país num dos maiores produtores de alimentos. Para outro grupo de pesquisadores e de intelectuais orgânicos ligados aos trabalhadores e seus movimentos, as evidências de sua existência em pleno século XXI, no Brasil, bem como na América Latina e em vários outros países e/ou continentes, no contexto do Capitalismo mundializado, se fazem presentes e se manifestam de forma contundente. É importante lembrar que, no Brasil, o debate em torno da “questão agrária” no pensamento econômico emerge, não por acaso, paralelamente às mobilizações camponesas por terra, na segunda metade dos anos 1950, e, mais fortemente, no

início da década de 1960, quando emergem e se desenvolvem rapidamente as Ligas Camponesas e os Sindicatos de Trabalhadores rurais. Esse processo marca a constituição do campesinato como sujeito político coletivo no cenário nacional e evidencia a questão agrária como uma das mais amplas, singulares e graves expressões da questão social no campo no âmbito do Capitalismo contemporâneo. Concentração da terra e de poder político, pobreza e extrema exploração dos trabalhadores rurais, sob o domínio dos proprietários fundiários, que detém, em grande medida, o poder do Estado, são componentes da “questão agrária”, entre outros determinantes. A resolução proposta no pré-64 implicaria a necessidade premente de uma ampla reforma agrária que propiciasse um processo de modernização da agricultura, com a transformação da base fundiária e incorporação das demandas dos milhões de camponeses pauperizados. O Golpe militar de 1964 interditou sob desmedida violência e repressão a proposta de reforma agrária e, em seu lugar, assumiu um projeto de modernização da agricultura, centrado na transformação da base técnica dos estabelecimentos rurais, caracterizado pela intensificação da concentração fundiária e conseqüentes desigualdades sociais no campo e na cidade. O Estado ditatorial privilegiou a agricultura empresarial moderna ancorada na grande propriedade, em contraposição à agricultura de base familiar, provocando um processo de intensa expropriação e violência. O desenvolvimento daí decorrente articulou o complexo industrial internacional e predomínio do capital financeiro, apoiado na oligarquia rural e nos setores mais modernos do capital urbano. A própria lógica desse desenvolvimento provocou, por um lado, uma intensa migração campo cidade, expulsando, em 30 anos, cerca de 30 milhões de pessoas, por outro, um processo de resistência dos camponeses, que assumem, novamente, a luta por reforma agrária, participam do processo constituinte e, na transição democrática, conseguem aprovar o I Programa Nacional de Reforma Agrária. Entretanto, apesar da distância entre as diretrizes propostas no programa e as necessidades reais dos camponeses, apenas 10% de suas metas foram realizadas. Os anos 1990, nas gestões Collor de Melo e FHC, a adesão à perspectiva ideopolítica Neoliberal, obrigou os movimentos sociais rurais a empreenderem antigas e novas estratégias lutas, sob violenta repressão privada e

institucional, cujos eventos mais chocantes ocorrem na gestão de FHC, em Corumbiara – Rondônia, e Eldorados de Carajás – Pará, em 1995 e 1996, respectivamente. Esta última autorizada pelo próprio governador do Pará, Almir Gabriel, e comandada pelo Major da Polícia Militar, em que se massacraram 19 pessoas componentes daquele assentamento. Tais eventos recolocaram a questão agrária e a necessidade de reforma agrária na ordem do dia, no país e internacionalmente. O governo brasileiro foi interpelado por vários países, o que lhe fez criar um Ministério do Desenvolvimento e da Reforma Agrária. O Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) e os movimentos sociais rurais, em seu conjunto, obtiveram, naquele período, a adesão de quase 90% da sociedade. Contudo, se, por um lado, houve grandes avanços, com multiplicação das ocupações de terra e desapropriação para fins de reforma agrária, por outro, FHC, tentou transformá-la numa “reforma agrária de mercado”, sob os moldes do Banco Mundial, e da lógica Neoliberal, além de empreender uma estratégia para criminalizar o MST, o movimento mais importante surgido no âmbito das grandes lutas dos trabalhadores do campo, ainda debaixo da Ditadura Militar. Em seu segundo mandato, FHC, em face da crise econômica internacional, em finais de 1998, empreende a tentativa de reedição do modelo de ajustamento externo e o relançamento da estratégia do agronegócio, cuja acepção do termo, segundo Guilherme Delgado, importante pesquisador de temas referentes à questão agrária, é uma associação do grande capital com a grande propriedade da terra. Associação que promove uma aliança estratégica com o capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob o patrocínio de política de Estado, a agricultura capitalista de remontagem do agronegócio volta às prioridades da agenda política macroeconômica externa e da política agrícola interna. Essa opção política macroeconômica do Governo Cardoso, e continuada no Governo Lula, indica uma prioridade ao processo de modernização técnica sem reforma agrária. No entanto, as condições ligadas à estratégia do agronegócio na agricultura brasileira são, ao mesmo tempo, matriz da moderna questão agrária e representam um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas da agricultura familiar e dos assentamentos de reforma agrária, segundo afirma Delgado. Esse autor demonstra, com base em estudos recentes, fundados

em estatísticas, a existência de dois fenômenos que dão conta da “magnitude” da questão agrária na atualidade: a disponibilidade de terra e a demanda por terra, o que indica a necessidade e importância da reforma agrária. A disponibilidade de terra se explicita por fortes indicadores de ociosidade e não cumprimento da função social da propriedade da terra, autodeclarados ou não como “improdutivos”; além de inúmeras situações de irregularidades fundiárias inscritas no imenso campo das “terras devolutas”. Quanto à demanda por terra, se evidencia sob várias formas: seja diretamente, na existência de cerca de um milhão de famílias acampadas e/ou cadastradas como candidatas a obter terra na “reforma agrária”, seja em potencial, quando se coteja uma série variada de indicadores sobre “sem-terra”, “sem-emprego” e campesinato com renda monetária de subsistência, sobrevivendo em minifúndios e/ou poses precárias. Esse quadro foi reconhecido no diagnóstico do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) adotado pelo Governo Lula, o qual identificou a problemática agrária brasileira como promotora de duplo desemprego, qual sejam, da força de trabalho rural e das terras improdutivas controladas pelo latifúndio. Contudo, esse mesmo governo que adotou o PNRA e subscreveu o diagnóstico promoveu, em contrapartida, uma intensa política de promoção do capital financeiro na agricultura, à medida que deu continuidade à política macroeconômica adotada no segundo mandato de Cardoso. Entendo que, embora as condições atuais indiquem haver imensas barreiras às possibilidades de efetivação de uma reforma agrária real, tais possibilidades sempre estiveram, historicamente, e estão determinadas também a partir dos processos sociais e políticos oriundos das lutas e organização da classe trabalhadora e do apoio de diversas forças da sociedade. Há processos de lutas e de organização que extrapolam a fronteira nacional e regional, cuja visibilidade é obscurecida pelos meios de comunicação hegemônicos e outros processos político-ideológicos.

4. Alguns pesquisadores do Serviço Social vêm demonstrando que a profissão pouco conhece da realidade agrária no Brasil. Como você explica isso?

Há determinações históricas relacionadas à própria gênese da profissão e seu processo de institucionalização/legitimação ocorrido no quadro do desenvolvimento capitalista industrial e da expansão ur-

ba. O que demarca a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial, atribuindo visibilidade à “questão social”, enquanto processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político, exigindo, a partir de suas lutas, o seu reconhecimento como classe por parte do Estado e do empresariado. Há, também, outros condicionantes (complementares) que explicam, em parte, o quase estranhamento do Serviço Social, e/ou de boa parte de seus profissionais, à realidade agrária brasileira, apesar dos grandes avanços que o processo de formação profissional vem imprimindo, a partir dos anos 1980 e, particularmente, nas últimas duas décadas, Marilda Iamamoto e seus trabalhos faz uma crítica à tendência de considerar a sociedade brasileira numa ótica meramente urbana. Os traços fortes de reprodução no presente, dessa herança histórica, se manifesta, entre outros componentes da profissão, no processo de formação profissional, pela quase ausência do tema em suas diversas expressões concretas mais atuais e visíveis: os movimentos sociais rurais, que configuram um processo de resistência e de lutas de um amplo e heterogêneo segmento de trabalhadores do campo, por reforma agrária e por direitos sociais básicos, historicamente ignorados pelo Estado; o processo recente de construção dos assentamentos de “reforma agrária”, daí decorrente e que tem atraído, também, trabalhadores desempregados e subempregados das periferias urbanas, mobilizados, principalmente, pelo MST; as condições de exploração dos assalariados no âmbito do agronegócio, que vêm sendo denunciadas como trabalho degradante ou escravidão contemporânea, constituem expressões da questão agrária e, portanto, da questão social. E, como tal, constituem demandas reais e/ou potenciais a um conjunto de profissionais, incluindo os Assistentes Sociais. Um outro traço marcante, não apenas no Serviço Social, mas que o atinge, mesmo em sua perspectiva crítica, é a fragmentação do conhecimento, que reproduz uma visão dicotômica entre o urbano e o rural, com distorções para a apreensão da realidade social, particularmente no tocante ao universo do trabalho, na sua totalidade, particularidades e singularidades.

5. Qual a importância de estudar a questão agrária para o Serviço Social?

Entendo que sua importância para o Serviço Social incide numa série de evidências sócio-históricas contemporâneas relaciona-

das à própria questão social, em suas tradicionais e novas expressões, matéria-prima do fazer profissional do Assistente Social. Implica a necessidade imperiosa de superar a visão meramente urbana, ainda muito presente no processo de formação profissional e, conseqüentemente, no exercício profissional, apesar do compromisso ético-político firmado com a classe trabalhadora, condensado no Código de Ética, no Projeto Ético Político de Formação profissional e numa série de eventos da categoria. A questão agrária se impõe como um campo de estudo à profissão a medida mesmo em que a ofensiva do capital mundializado provoca grandes transformações ou as induz, o que atinge, simultaneamente, o processo de produção de mercadorias e o mundo do trabalho na sua totalidade, e, como tal, provoca o alargamento da classe trabalhadora sob diferentes formas e expressões. Trata-se, pois, da dinâmica do metabolismo do capital que atinge a estrutura de classes, a própria dinâmica das dimensões objetiva e subjetiva dos trabalhadores; o que impõe, entre outros desafios, mergulhar no estudo do universo do trabalho, cada vez mais fragmentado, heterogeneizado, precarizado e constantemente (des)realizado nas cidades e nos campos, com bem analisa Thomaz Junior em importante pesquisa. Em se tratando do Brasil, esse constitui um duplo desafio tendo em vista que a emergência e o processo de desenvolvimento do Capitalismo na agricultura, historicamente, ocorreu e continua sua marcha sob proteção do Estado em favor das elites rurais e urbanas, conservando a estrutura fundiária altamente concentrada, e, como tal, fonte de violência, de extrema pobreza e de espoliação dos camponeses, trabalhadores assalariados, indígenas, entre outros. Muitos dos quais compõem um imenso segmento da classe trabalhadora cuja identidade é, cada vez mais, de difícil apreensão: se camponês, se proletário, se urbano ou rural, dada a sua inserção nas relações de trabalho, ora operário, ora pequeno agricultor pauperizado, ora submerso à informalidade, entre outras formas de sobrevivência precária. Portanto, estudar a questão agrária, atualmente, ganha particular importância, não apenas porque esses sujeitos são demandantes de políticas públicas, em que, em alguns serviços, o Assistente Social acaba os encontrando, mas, principalmente, porque são parte da totalidade viva do trabalho como uma de

suas categorias, em um momento de extrema complexidade a exigir estudos e compromisso ético-político profissional.

6. É possível considerarmos o espaço agrário como espaço de inserção profissional dos assistentes sociais? Quais seriam as grandes demandas?

É importante lembrar que, não obstante os condicionamentos sócio-históricos do Serviço Social como profissão, já referidos, há uma série de experiências nesse campo, seja a partir de demandas oriundas do próprio Estado (Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Prefeituras municipais etc.), seja por demandas dos próprios movimentos sociais e sindicais; seja por meio de demandas de Organizações não Governamentais (ONGs), Igrejas e/ou entidades da sociedade civil imersas em algum tipo de trabalho relacionado às expressões da questão social no mundo rural. No âmbito das Universidades Públicas, há várias experiências em que o Serviço Social comparece de alguma forma. Seja no envolvimento de professores e seus estagiários, por meio de Estágio Institucional e Estágios Interdisciplinares e de vivências de intervenção profissional, em áreas ditas de reforma agrária, espaço que demanda o trabalho de equipe interprofissional. Há, também, o envolvimento em outras experiências, junto a agricultores familiares em processos de luta e organização no enfrentamento contra empresas e/ou grupos econômicos que os ameaçam de expulsão de suas terras; apropriação dos recursos hídricos de abastecimento coletivo e/ou projetos que provocam danos ambientais às comunidades rurais, atividades relacionadas à produção, agricultura alternativa (agroecologia), assessoria à organização de jovens, gênero e uma infinidade de ações em que as populações rurais em processo de luta por terra e políticas sociais complementares demandam. Um espaço que chama atenção, entre outros, refere-se ao trabalho de Assistentes Sociais e/ou Professores com seus mestrandos/doutorandos e/ou estagiários que atuam no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Rural em atendimento a trabalhadores migrantes temporários no âmbito das Políticas Públicas, Sistema Único de Saúde (SUAS), entre outras.

Vale mencionar as experiências de formação profissional para trabalhadores do campo em algumas universidades públicas. Uma das experiências importantes, talvez a pioneira nesse campo, é a Universidade Federal de Juiz de Fora, que mantém um importante trabalho junto ao MST há mais de sete anos. Menciono aqui a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que formou uma turma de Serviço Social para Assentados da Reforma Agrária. Esse projeto congrega trabalhadores provenientes de todas as regiões do Brasil, o que, juntamente com as outras experiências que vêm emergindo, apontam para uma nova relação do Serviço Social com a questão agrária. É possível que existam outras Universidades também inseridas nessa área. Contudo, apesar dos esforços empreendidos pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/Conselho Federal de Serviços Social (ABEPSS/CFESS), pelas universidades e por outras entidades do Serviço Social no momento presente, esse campo de estudo e possível práxis profissional ainda se restringe a opções individuais de alguns professores e/ou profissionais, não se constituindo, portanto, como uma das estratégias componentes do processo de formação profissional. Há importantes Universidades, nas quais o Curso de Serviço Social não contempla, em seu currículo, qualquer disciplina relacionada à questão agrária, o que é problemático, especialmente se for considerada a opção por uma formação político-profissional fundada na perspectiva crítica, conforme atesta o Projeto Ético Político Profissional, entre outras importantes expressões da profissão e da categoria.